

**ATA DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS PROPONENTES PARA CONCORREREM AO LOTE 08 DA
CHAMADA PÚBLICA Nº 2023/00132 - Água para Produção**

Dados da Reunião

Data	18.10.2023
Horário	9:30
Local	Sala de Reunião na Fundação BB
Membros da Comissão de Seleção presentes	Fundação Banco do Brasil Jair Alves Farias Ivanildes Alves Candeira Mikhail Marciano de Oliveira

Às 9:30 horas do dia 18 de outubro de 2023, reuniram-se os membros da Reunião da Comissão de Seleção da Chamada Pública, acima citados, designada por despacho registrado em ata de reunião ordinária do Comitê Estratégico da Fundação BB, realizada em 31.07.2023, tendo como objetivo a análise e julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes para concorrerem nos Municípios **Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo (SE)**, constantes do **Lote nº 08**, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

A Comissão deu início aos trabalhos, examinando a(s) proposta(s) apresentada(s) por:

	PROPONENTE	CNPJ
a)	ACASE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe	05.938.045/0001-25
b)	AMASE - Associação MÃO NO ARADO de Sergipe	05.265.011/0001-17
c)	AGENDHA - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	05.900.819/0001-29
d)	ASSOCENE - Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste	10.522.050/0001-92
e)	Instituto de Desenvolvimento Socioambiental - IDS	01.832.903/0001-00
f)	Instituto FLOR DO PIQUI	07.535.592/0001-95
g)	MPRVCS - Movimento Popular Resgatando Vida e Cidadania Sergipana	08.388.570/0001-02

Examinadas as condições de participação do item 8, as consultas do item 9.7 e os documentos de habilitação relacionados nos subitens 9.1 a 9.4 do Edital, ficou evidenciado que:

PROPONENTE	CNPJ	ATENDEU aos Itens 8, 9.7 e de 9.1 a 9.4 ?	EVIDENCIAÇÃO
ACASE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe	05.938.045/0001-25	não está credenciada pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020, em desacordo com o item 8, subitem 8.1 do referido Edital	INABILITADA
AMASE - Associação MÃO NO ARADO de Sergipe	05.265.011/0001-17	apresentou todos os documentos e condições necessários à habilitação	HABILITADA
AGENDHA - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	05.900.819/0001-29	apresentou todos os documentos e condições necessários à habilitação	HABILITADA
ASSOCENE - Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste	10.522.050/0001-92	apresentou todos os documentos e condições necessários à habilitação	HABILITADA
IDS - Instituto de Desenvolvimento Socioambiental	01.832.903/0001-00	não está credenciada pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020, em desacordo com o item 8, subitem 8.1 do referido Edital. Não apresentou documentação para habilitação, em desacordo com o item 9, subitens 9.1 a 9.4.	INABILITADA
Instituto FLOR DO PIQUI	07.535.592/0001-95	apresentou todos os documentos e condições necessários à habilitação	HABILITADA
MPRVCS - Movimento Popular Resgatando Vida e Cidadania Sergipana	08.388.570/0001-02	apresentou todos os documentos e condições necessários à habilitação	HABILITADA

Dando continuidade aos trabalhos, conforme disposição contida no item 10, subitens 10.3. Foram examinados os documentos **exclusivamente da Proponente(s) HABILITADA(s)** e evidenciou-se o seguinte resultado:

O(A) **ASSOCENE - Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste, CNPJ: 10.522.050/0001-92**, atingiu um total de **62 (sessenta e dois) pontos** conforme tabela abaixo:

10.1. Critérios de pontuação	Pontuação				
	AMASE	AGENDHA	ASSOCENE	Inst. FLOR DO PIQUI	MPRVCS
10.1.1. Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional nos municípios agrupados no lote. (limitado a 29 pontos ou 29% da pontuação total)	0,0	24,5	29,0	0,0	0,0
10.1.2 Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água nos municípios agrupados no lote. (limitado a 24 pontos ou 24% da pontuação total)	24,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10.1.3 Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote. (limitado a 19 pontos ou 19% da pontuação total)	0,0	2,4	19,0	0,0	0,0
10.1.4 Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em território rural que abranja algum dos municípios agrupados no lote. (limitado a 14 pontos ou 14% da pontuação total)	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0

10.1.5 Número de beneficiários atendidos pela implementação de ações de gestão de recursos hídricos, de desenvolvimento rural ou de segurança alimentar e nutricional em municípios diversos daqueles agrupados no lote. (limitado a 9 pontos ou 9% da pontuação total)	0,0	0,3	9,0	1,1	0,0
10.1.6 Número de beneficiários atendidos pela implementação de tecnologias sociais de acesso à água em municípios diversos daqueles agrupados no lote. (limitado a 5 pontos ou 5% da pontuação total)	1,7	0,1	5,0	0,7	0,2
PONTUAÇÃO TOTAL	39,7	27,4	62,0	1,8	0,2

O resultado final conforme detalhamento acima, foi o seguinte: o **LOTE 08** **logrou êxito**. Assim sendo, a Comissão de Seleção da Chamada Pública declara **VENCEDORA** a Proponente **ASSOCENE - Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste**, CNPJ: **10.522.050/0001-92**.

A Comissão informará do resultado ao presidente da Presidente da Fundação BB e o divulgará no(s) sítio(s) eletrônico(s) oficial(is) da Fundação BB <https://fbb.org.br/>, em caráter provisório, conforme previsto no subitem 7.5 do Edital.

Nada mais havendo a relatar, foram encerrados os trabalhos de análise do **LOTE 08** e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Comissão de Seleção participantes da reunião.

Comissão de Seleção


Ivanildes Alves Candeira


Jair Alves Farias


Mikhail Marciano de Oliveira

LOTE 8 - Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo (SE)							
CISTERNAS 2023 - QUANTIDADES							
PROPONENTE:	ASSOCENE	Assoc. MÃO NO ARADO	MPRVCS	AGENDHA	Inst FLOR DO PIQUI		Maior Número apresentado
CNPJ:	10.522.050/000192	05.265.011/000117	08.388.570/000102	05.900.819/000129	07.535.592/000195		
1. Classificação (item 10.1)	Quantidade						
10.1.1	166	-	-	140	-		166
10.1.2	-	200	-	-	-		200
10.1.3	660	-	-	85	-		660
10.1.4	-	344	-	-	-		344
10.1.5	320.836	-	-	11.996	39.866		320.836
10.1.6	66.735	22.025	2.762	1.494	9.529		66.735

LOTE 8 - Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo (SE)						
CISTERNAS 2023 - PONTUAÇÃO						
PROPONENTE:	ASSOCENE	Assoc. MÃO NO ARADO	MPRVCS	AGENDHA	Inst FLOR DO PIQUI	
CNPJ:	10.522.050/0001-92	05.265.011/0001-17	08.388.570/0001-02	05.900.819/0001-29	07.535.592/0001-95	
1. Classificação (item 10.1)	PONTUAÇÃO					
10.1.1	29,0	0,0	0,0	24,5	0,0	
10.1.2	0,0	24,0	0,0	0,0	0,0	
10.1.3	19,0	0,0	0,0	2,4	0,0	
10.1.4	0,0	14,0	0,0	0,0	0,0	
10.1.5	9,0	0,0	0,0	0,3	1,1	
10.1.6	5,0	1,7	0,2	0,1	0,7	
PONTUAÇÃO TOTAL	62,0	39,7	0,2	27,4	1,8	

LOTE 8 - Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo (SE)

CISTERNAS 2023 - CLASSIFICAÇÃO

	PROPONENTE:	CNPJ:	Pontuação total	
	ASSOCENE	10.522.050/0001-92	62,0	
	Assoc. MÃO NO ARADO	05.265.011/0001-17	39,7	
	AGENDHA	05.900.819/0001-29	27,4	
	Inst FLOR DO PIQUI	07.535.592/0001-95	1,8	
	MPRVCS	08.388.570/0001-02	0,2	

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO

PROPONENTE: Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Sergipe - ACASE

HABILITADA ?

CNPJ: 05.938.045/0001-25

NÃO

8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta:

I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITAÇÃO

Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.7)

SIM

NÃO

N/A

Observações

Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (**Cepim**) Controladoria Geral da União, <https://certidoes.cgu.gov.br/> ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**CNCCAIA**) do Conselho Nacional de Justiça; https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (**Rii**) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção. https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:8436029353789:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO

X

1. Impedimentos (item 8.1)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social

X

II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas

X

III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica

X

IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental

X

V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, da Diretoria Executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contem, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do corpo funcional do Banco do Brasil S.A., inclusive das Entidades Ligadas.

X

VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo

X

VII - Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação (*Sapiens - Relatório 300, se a entidade tiver projeto, pegar os N°s dos Projetos e ver no Relatório 268*); pelo Banco do Brasil (*Consultar Restrições SisBB - Clientes 02.14*); e pelo BNDES

X

Será colhida Declaração das entidades proponentes habilitadas nos demais quesitos de avaliação, caso sejam classificadas no certame.

2. Declarações (item 9.1)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital

X

II - Formulário de Informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário

X

3. Habilitação Jurídica (item 9.2)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Cópia do **estatuto ou contrato social** registrado no cartório competente e suas alterações

X

II - Relação nominal atualizada do(s) **dirigente(s) da entidade** com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)

X

III - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos**

X

IV - **Ata da assembleia** que os associados **autorizaram a entidade a contratar** o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição

X

4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 9.3)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS**, na forma da lei <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

X

II - Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (**PGFN_RFB**) <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/EmitirPGFN>

X

III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (**CNDT**) https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces?sessionId=xh_z4hHTXhymd_xuMaqPMX6Af3Ijno-fm3ifajQE.cndt-certidao-41-hbgnl

X

IV - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

X

V - Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

X

5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato

X

II - Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI de cada um dos cooperados relacionados

X

III - Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço

X

IV - Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (**registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual**)

X

V - Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato

X

6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Ata de fundação

X

II - Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou

X

III - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou

X

IV - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias

X

V - Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais

X

VI - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição

X

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO				
PROPONENTE: ASSESSORIA E GESTAO EM ESTUDOS DA NATUREZA, DESENVOLVIMENTO HUMANO E AGROECOLOGIA				HABILITADA ?
CNPJ: 05.900.819/0001-29				SIM
8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta: I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITA e CLASSIFICA	X			
Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.7)	SIM	NÃO	N/A	Observações
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) Controladoria Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCEAIA) do Conselho Nacional de Justiça e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.	X			
1. Impedimentos (item 8.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social		X		
II – Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas		X		
III – Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica		X		
IV – Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental		X		
V – Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, da Diretoria Executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contam, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do corpo funcional do Banco do Brasil S.A., inclusive das Entidades Ligadas.		X		
VI – Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo		X		
VII – Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES		X		
2. Declarações (item 9.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital	X			
II – Formulário de informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário	X			
3. Habilitação Jurídica (item 9.2)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações	X			
II – Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF)	X			
III – Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos	X			
IV – Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição	X			
4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 9.3)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei	X			
II – Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (PGFN_RFB)	X			
III – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT)	X			
IV – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	X			
V – Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei	X			
5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			X	
II – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			X	
III – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			X	
IV – Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual)			X	
V – Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			X	
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Ata de fundação			X	
II – Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			X	
III – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			X	
IV – Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			X	
V – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			X	
VI – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X	

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO

PROPONENTE: Associação Mão no Arado de Sergipe - AMASE					HABILITADA ?
CNPJ: 05.265.011/0001-17					SIM
8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta: I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITAÇÃO	X				
Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.7)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) Controladoria Geral da União, https://certidoes.cgu.gov.br/ ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça; https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção. https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:8436029353789:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO	X				
1. Impedimentos (item 8.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social		X			
II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas		X			
III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica		X			
IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental		X			
V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, da Diretoria Executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contam, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do corpo funcional do Banco do Brasil S.A., inclusive das Entidades Ligadas.		X			
VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo		X			
VII - Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação (<i>Sapiens - Relatório 300, se a entidade tiver projeto, pegar os N°s dos Projetos e ver no Relatório 268</i>); pelo Banco do Brasil (<i>Consultar Restrições SisBB - Clientes 02.14</i>); e pelo BNDES (<i>Aguardar verificação com o BNDES</i>)		X			
2. Declarações (item 9.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital	X				
II - Formulário de Informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário	X				
3. Habilitação Jurídica (item 9.2)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações	X				
II - Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)	X				
III - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos	X				
IV - Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X		
4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 9.3)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS , na forma da lei https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf	X				
II - Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (PGFN_RFB) https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/EmitirPGFN	X				09/02/2024
III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT) https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces?sessionId=xh_z4hHTXhymd_xuMaPMX6AfI3jno-fm3ifajQE.cndt-certidao-41-hbgnl	X				14/02/2024
IV - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal , relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	X				
V - Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei	X				
5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			X		
II - Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			X		
III - Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			X		
IV - Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual)			X		
V - Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			X		
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações	
I - Ata de fundação			X		
II - Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			X		
III - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			X		
IV - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			X		
V - Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			X		
VI - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X		

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO				
PROPONENTE: ASSOCENE - ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AS COOPERATIVAS DO NORDESTE				
CNPJ: 10.522.050/0001-92				
8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta: I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITA e CLASSIFICA	X			
Regularidade Jurídica da Cooperativa (Item 9.7)	SIM	NÃO	N/A	Observações
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) Controladoria Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.	X			
1. Impedimentos (Item 8.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social			X	Será colhida Declaração das entidades proponentes habilitadas nos demais quesitos de avaliação, caso sejam classificadas no certame.
II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas			X	
III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica			X	
IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental			X	
V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos conselhos controlador e fiscal, da diretoria executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contam, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., inclusive das Entidades Ligadas			X	
VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo		X		
VII - Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES		X		
2. Declarações (Item 9.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital	X			
II - Formulário de informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário	X			
3. Habilitação Jurídica (Item 9.2)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações	X			
II - Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)	X			
III - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos	X			
IV - Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X	
4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Item 9.3)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei	X			
II - Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (PGFN-RFB)	X			18/03/2024
III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLDT)	X			26/03/2024
IV - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	X			10/02/2024
V - Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei	X			

HABILITADA ?
SIM

Marcar com "X"

Obs.: Quando a célula selecionada ficar "VERMELHA", significa que o item NÃO foi atendido.

5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			X	
II - Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			X	
III - Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			X	
IV - Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual)			X	
V - Comprovação de integração das respectivas quotas–partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			X	
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Ata de fundação			X	
II - Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			X	
III - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			X	
IV - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			X	
V - Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			X	
VI - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X	

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO				
PROPONENTE: IDS Socioambiental				
CNPJ: 01.832.903/0001-00				
8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta: I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITAÇÃO)		X		
Regularidade Jurídica da Cooperativa (Item 9.7)	SIM	NÃO	N/A	Observações
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) Controladoria Geral da União, https://certidoes.cgu.gov.br/ ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCIAIA) do Conselho Nacional de Justiça; https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.			X	Não consultada pela falta de credenciamento no Ministério.
1. Impedimentos (Item 8.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social			X	Será colhida Declaração das entidades proponentes habilitadas nos demais quesitos de avaliação, caso sejam classificadas no certame.
II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas			X	
III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica			X	
IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental			X	
V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos conselhos corporativo e fiscal, da Diretoria Executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contem, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., incluindo as Entidades Ligadas			X	
VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo		X		
VII - Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES		X		
2. Declarações (Item 9.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital		X		Não apresentou o documento
II - Formulário de Informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário		X		
III - Declaração de contratante sobre contratos não finalizados conforme modelo do ANEXO 5 deste edital	ITEM EXCLUÍDO DO EDITAL			
3. Habilitação Jurídica (Item 9.2)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações		X		Não apresentou o documento
II - Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)		X		
III - Declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito		X		
IV - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos		X		
V - Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição		X		
4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Item 9.3)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei		X		Não apresentou o
II - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943		X		

HABILITADA ?

NÃO

8.1. Não Credenciada pelo Ministério

Marcar com "X"

Obs.: Quando a célula selecionada ficar "VERMELHA", significa que o item NÃO foi atendido.

III – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual		X		documento
IV – Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei		X		
5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			X	
II – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			X	
III – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			X	
IV – Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971			X	
V – Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			X	
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Ata de fundação			X	
II – Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			X	
III – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			X	
IV – Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			X	
V – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			X	
VI – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X	

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO

PROPONENTE: INSTITUTO FLOR DO PIQUI

HABILITADA ?

RECEBIDA: 16/08/2023

CNPJ: 07.535.592/0001-95

SIM

8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta:

I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITAÇÃO

X

Marcar com "X"

Consulta Prévia à análise da documentação (item 9.7)

SIM

NÃO

N/A

Observações

Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) Controladoria Geral da União, <https://certidoes.cgu.gov.br/> ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCIA) do Conselho Nacional de Justiça; https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.

X

Obs.: Quando a célula selecionada ficar "VERMELHA", significa que o item NÃO foi atendido.

1. Impedimentos (item 8.1)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social

X

II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas

X

III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica

X

IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental

X

V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos conselhos corporativo e fiscal, da Diretoria Executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contam, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., incluindo as Entidades Ligadas

X

VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo (Consultas Certidões item 9.7)

X

VII - Organizações que estejam cumprindo pena de suspensão temporária imposta pela Fundação (Sapiens - Relatório 300, se a entidade tiver projeto, pegar os N°s dos Projetos e ver no Relatório 268); pelo Banco do Brasil (Consultar Restrições SisBB - Clientes 02.14); e pelo BNDES.

X

2. Declarações (item 9.1)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital

X

II - Formulário de informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário

X

3. Habilitação Jurídica (item 9.2)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações

X

II - Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)

X

III - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos

X

IV - Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição

X

4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 9.3)

SIM

NÃO

N/A

Observações

I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei

X

II - Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (PGFN_RFB)

X

III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT)

X

https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces?sessionId=xh_z4hHTXhymd_xuMqPMX6Afi3ljno-fm3ifajQE.cndt-certidao43.bhvol

IV – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	X			
V – Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei	X			
5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			X	
II – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			X	
III – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			X	
IV – Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual)			X	
V – Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			X	
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Ata de fundação			X	
II – Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			X	
III – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			X	
IV – Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			X	
V – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			X	
VI – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			X	

CISTERNAS 2023 - CHECK LIST HABILITAÇÃO

PROPONENTE: MPRVCS - MOVIMENTO POPULAR RESGATANDO VIDA E CIDADANIA SERGIPANA

HABILITADA ?

CNPJ: 08.388.570 0001-02

SIM

8.1 Entidade privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo Ministério, nos termos da Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020? (Lista de Credenciadas na pasta:

I:\Grupos\EDITAL CISTERNAS 2023 (Comissão de Seleção)\HABILITA e CLASSIFICA

Consulta Prévia à análise da documentação (item 9.7)

Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) Controladoria Geral da União, <https://certidoes.cgu.gov.br/>
ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCIAA) do Conselho Nacional de Justiça;
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form
e à Relação de Inabilitados e Inidôneos (Rii) do Tribunal de Contas da União a fim de verificar se não há restrição à participação da entidade no processo de seleção.

1. Impedimentos (item 8.1)

I - Organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social
II - Clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas
III - Organizações que atuem em causas político-partidárias ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica
IV - Organizações que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental
V - Organizações que tenham em seu corpo diretivo integrantes dos conselhos controlador e fiscal, da diretoria executiva e empregados da Fundação Banco do Brasil, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendendo o impedimento a entidades e instituições que contam, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., incluindo as Entidades Ligadas
VI - Organizações que sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo
VII - Organizações que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Fundação, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES

2. Declarações (item 9.1)

I - Ofício para formalização de interesse conforme modelo do ANEXO 3, deste edital
II - Formulário de Informações do Proponente, conforme modelo do ANEXO 4 deste edital, juntamente com a documentação que comprove a experiência relatada no referido formulário

3. Habilitação Jurídica (item 9.2)

I - Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações
II - Relação nominal atualizada do(s) dirigente(s) da entidade com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e seus respectivos documentos (Documento Oficial de Identificação e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF)
III - Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo de 3 (três) anos
IV - Ata da assembleia que os associados autorizaram a entidade a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição

4. Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 9.3)

I - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei
<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/paginas/consultaEmpregador.jsf>
II - Prova de inexistência de débitos junto à Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (PGFN_RFB)
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/p1/EmitirPGFN>
III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT)
https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces?jsessionid=xh_z4hHTXhymd_xuMqPMX6Af3Ijno-fm3ifajQE.cndt-certidao43bbhcol

Marcar com "X"

Obs.: Quando a célula selecionada ficar "VERMELHA", significa que o item NÃO foi atendido.

IV – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	x			
V – Caso a entidade seja considerada isenta dos tributos municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei	x			
5. Habilitação da Sociedade Cooperativa (item 9.4)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Relação dos cooperados, com as respectivas atas de inscrição, que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato			x	
II – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados			x	
III – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço			x	
IV – Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971 (registro na Organização de Cooperativas Brasileiras - OCB ou na Entidade Estadual)			x	
V – Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato			x	
6. Regularidade Jurídica da Cooperativa (item 9.4.1)	SIM	NÃO	N/A	Observações
I – Ata de fundação			x	
II – Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou			x	
III – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que os aprovou			x	
IV – Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias			x	
V – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais			x	
VI – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste edital, se houver tal previsão em seu(s) documento(s) de constituição			x	